

A importância das universidades públicas, da ciência e da tecnologia para a soberania nacional

As universidades públicas brasileiras desempenham papel fundamental no desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e cultural do país. Orientadas pelos princípios da autonomia universitária, da liberdade acadêmica e do pluralismo de ideias, essas instituições têm como característica essencial a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assumem, ainda, o compromisso de formar profissionais qualificados e cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais.

Mais do que instituições de ensino, as universidades públicas são espaços privilegiados de produção e democratização do conhecimento. Sua contribuição vai além da formação profissional e abrange a pesquisa básica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. São, portanto, instituições estratégicas para a soberania nacional, que depende cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento e desenvolver tecnologias próprias.

Diante do atual cenário político brasileiro, marcado pela disputa entre diferentes projetos de país, nós, reitoras e reitores que tivemos a experiência de administrar a Universidade Estadual de Londrina (UEL), consideramos fundamental refletir sobre o futuro das universidades públicas e sobre o papel da cultura, da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil.

O governo Lula tem adotado medidas voltadas ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica. Entre elas, destacam-se a ampliação dos recursos destinados ao financiamento de projetos e o reajuste, em 2023, de 40% nos valores das bolsas de mestrado e doutorado da CAPES e do CNPq, que permaneciam congelados desde 2013. Também foram ampliados investimentos e lançados editais voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, com atenção especial a áreas estratégicas, como minerais críticos e terras raras, relevantes para a transição energética e a soberania tecnológica.

Por outro lado, a possibilidade de um eventual governo de Flávio Bolsonaro exige uma análise cuidadosa. Embora suas propostas enfatizem a aproximação entre universidades e empresas e a aplicação produtiva do conhecimento, é necessário esclarecer de que maneira seriam garantidos o financiamento da pesquisa básica, a autonomia universitária e a valorização dos pesquisadores.

Essa preocupação também se relaciona ao histórico do governo Jair Bolsonaro, período marcado por restrições orçamentárias à ciência e às universidades federais, pela ausência de reajustes gerais dos vencimentos básicos dos docentes federais e pela manutenção, durante os quatro anos de mandato, dos valores das bolsas de mestrado e doutorado da CAPES e do CNPq. Não é possível afirmar que um eventual governo de Flávio Bolsonaro reproduziria necessariamente essas políticas; ainda assim, esse histórico constitui uma referência relevante para o debate.

A ciência não pode ser avaliada exclusivamente por seus resultados econômicos imediatos. A pesquisa básica, mesmo quando não apresenta aplicações previsíveis no curto prazo, está na origem de inúmeras descobertas e transformações tecnológicas. Da mesma forma, a autonomia universitária e a liberdade de investigação são condições indispensáveis à produção de conhecimento confiável e ao desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Nossa experiência na gestão universitária reforça a importância do diálogo permanente entre as instituições de ensino superior, a comunidade científica e os responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas. A valorização da educação, da ciência, da tecnologia, da inovação e da cultura deve constituir um compromisso de Estado, independentemente das circunstâncias eleitorais.

Por essas razões, entendemos que o debate presidencial precisa contemplar, de maneira clara e responsável, propostas para o financiamento das universidades públicas, a formação de pesquisadores, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Defender as universidades públicas gratuitas e investir continuamente na produção do conhecimento significa não apenas valorizar a educação, a cultura e a ciência, mas também reconhecer que não há desenvolvimento sustentável, democracia sólida ou verdadeira soberania nacional sem capacidade científica e tecnológica própria. O futuro do Brasil depende, em grande medida, das escolhas que fizermos hoje nessas áreas.

Assinam

Jorge Bounassar Filho

1986 – 1990

João Carlos Thomson

1990 – 1994

Pedro Alejandro Gordan

2001 – 2002

Lygia Lumina Pupatto

2002 – 2006

Eduardo Di Mauro

04/2006 – 06/2006

César Antonio Caggiano dos Santos

04/2010 – 06/2010

Nádina Aparecida Moreno

2010-2014

Berenice Quinzani Jordão

2014-2018

Sérgio Carlos de Carvalho

2018-2022

Marta R. Gimenez Favaro

2022-2026